

MPU

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Analista do MPU - Perito em Biologia

EDITAL Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2025

CÓD: SL-026JN-25
7908433268796

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto	11
2. Organização estrutural dos textos	12
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	13
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	16
5. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	17
6. Textos literários e não literários	17
7. Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa	18
8. Norma padrão	22
9. Pontuação e sinais gráficos	23
10. Tipos de discurso	25
11. Registros de linguagem	27
12. Funções da linguagem	29
13. Elementos dos atos de comunicação	30
14. Estrutura e formação de palavras	31
15. Formas de abreviação	33
16. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	34
17. Os modalizadores	43
18. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade	43
19. Os dicionários: tipos	44
20. a organização de verbetes	45
21. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos	52
22. Latinismos	54
23. Ortografia	55
24. Acentuação gráfica	60
25. A crase	61

Noções de Sustentabilidade

1. Do Meio Ambiente (Constituição Federal de 1988, Art. 225)	67
2. Conceito de Desenvolvimento Sustentável (Relatório Brundtland)	67
3. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (antigo Ministério do Meio Ambiente)	69
4. Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009)	71
5. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e suas alterações e Decreto nº 10.936/2022)	74
6. Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações)	96
7. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000 e suas alterações)	104
8. Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011)	112

Noções De Direitos Humanos E Fundamentais E De Acessibilidade

1. Teoria geral dos direitos fundamentais.....	121
2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	122
3. Declaração Universal dos Direitos Humanos	123
4. Agenda 2030 da ONU	125
5. Política Nacional de Direitos Humanos.....	130
6. A constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.....	131
7. Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos)	133
8. Noções gerais de gênero e equidade. Estatuto de igualdade racial (Lei nº 12.288/2010 e suas alterações)	145
9. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 e suas alterações).....	151
10. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e suas alterações).....	169
11. Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei nº 10.048/2000 e suas alterações).....	172

Noções De Administração Pública

1. Conceitos básicos em administração: eficiência, eficácia, efetividade, qualidade; papéis do administrador	179
2. Organização: princípios de organização; tipos de estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização	181
3. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle; Planejamento: princípios e conceitos básicos, níveis estratégico, tático e operacional.....	195
4. Gestão de processos: conceitos, fundamentos, técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos	198
5. Gestão por competências: competências organizacionais, coletivas e individuais; desenvolvimento de competências.....	200
6. Comportamento organizacional: liderança; motivação; atitudes e satisfação no trabalho; trabalho em equipe; comunicação; cultura organizacional.....	201
7. Administração Pública: definição; evolução dos modelos da administração pública (patrimonialista, burocrática e gerencial); reformas administrativas	205
8. Transformação Digital na Administração Pública; Tecnologia no contexto jurídico; Automação do processo; Inteligência Artificial; Blockchain e Algoritmos	210
9. Resolução CNMP nº 276/2023 - Dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital - MP Digital.....	215

Legislação Institucional

1. Lei Complementar nº 75/1993	223
2. Lei nº 13.316/2016 e suas alterações	253
3. Portaria PGR/MPU nº 98/2017 (Código de Ética e de Conduta do MPU e da ESMPU).....	257
4. Portaria PGR/MPU nº 247/2023 (Programa de Integridade do Ministério Público da União)	260

Noções De Direito Administrativo

1. Princípios de Direito Administrativo	265
2. Atos Administrativos	269
3. Poderes administrativos: Uso e abuso do poder	283
4. Organização Administrativa: Administração Direta e Indireta	283
5. Contratos Administrativos; Licitações e Contratos; Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.....	287
6. Processo administrativo: Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.....	358
7. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público; LINDB: Lei nº 13.655/2018	368
8. Agentes Públicos e Servidores Públicos: Lei nº 8.112/1990 e suas alterações; Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.....	371
9. Serviços Públicos.....	382
10. Responsabilidade Civil do Estado.....	394
11. Controle da Administração Pública.....	399
12. Conselho Nacional do Ministério Público	405
13. Tribunais de Contas.....	409
14. Improbidade Administrativa	410
15. Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação	427
16. Lei nº 13.709/2018 e suas alterações (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).....	434
17. Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.....	447

Noções De Perícia Em Processo Civil

1. Perícia no processo civil - CPC, Art. 156 a 158 e Art. 464 a 480; Condicionamentos legais de nomeação do perito judicial (CPC, Art. 156 a 158 e Art. 465 a 468); Conteúdo mínimo do laudo de perícia judicial - CPC, Art. 473; Perícia complexa - CPC, Art. 475. Quesitos impertinentes, quesitos suplementares e complementação de perícia; Contraditório na análise do laudo de perícia judicial e possíveis divergências - CPC, Art. 477; Audiência de instrução e julgamento para esclarecimentos - CPC, Art. 477; Definição de prova e finalidade da prova; Relações entre verdade e prova; Princípios fundamentais do processo civil aplicado à prova; Perito nomeado pelo juízo e assistentes técnicos periciais: funções distintas na produção probatória; Prazos processuais para a produção da prova pericial; Possibilidades de substituição do perito judicial; Possibilidades de impugnação e suspeição do perito judicial; Característica e função da segunda perícia judicial; Previsão de eventuais sanções ao perito judicial.....	457
--	-----

Conhecimentos Específicos Analista do MPU - Perito em Biologia

1. Bioquímica básica e biomoléculas	467
2. Citologia; metabolismo energético; biologia molecular	476
3. Genética: genética de populações e mutagenese, engenharia genética, conservação de recursos genéticos	492
4. Biotecnologia, biossegurança, organismos geneticamente modificados (ogms) e transgênicos.....	498
5. Noções de zoologia: taxonomia, regras de nomenclatura científica, características gerais, anatomia e fisiologia dos principais grupos, evolução.....	500
6. Noções de botânica: taxonomia vegetal, evolução, ciclo de vida	526

ÍNDICE

7. Ecologia: cadeia e teia alimentar, fluxo de matéria e energia, ecologia de populações, biogeografia, espécies exóticas e espécies invasoras, noções de fitossociologia, noções de ecossistemas aquáticos, limnociclos e talassociclos.....	535
8. Biologia da conservação: biomas e ecossistemas brasileiros, conservação de recursos naturais, biodiversidade, extinção, tráfico de espécies silvestres, desmatamento, explosão populacional, espécies ameaçadas de extinção, unidades de conservação, gestão e manejo dos recursos ambientais, licenciamento ambiental	542
9. Recursos hídricos	546
10. Recuperação de áreas degradadas	549
11. Proteção da biodiversidade	550
12. Manejo de fauna	552
13. Introduções, reintroduções, translocações e adensamento populacional de fauna silvestre	553
14. Conservação in situ e ex situ.....	555
15. Ecotoxicologia, agrotóxicos, controle de pragas e vetores, saneamento ambiental e controle da poluição	558
16. Bioclimatologia: efeitos do clima e dos fatores ambientais sobre os seres vivos	560
17. Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica (sig).....	561
18. Fundamentos de geoprocessamento.....	564
19. Legislação; lei dos crimes ambientais: lei nº 9.605/1998 E suas alterações	568
20. Regulamentação da lei dos crimes ambientais: decreto nº 6.514/2008 E suas alterações	575
21. Código florestal: lei nº 12.651/2012 E suas alterações.....	595
22. Política nacional do meio ambiente (lei nº 6.938/1981 E suas alterações)	614
23. Bioma mata atlântica - lei nº 11.428/2006 E suas alterações	620
24. Licenciamento ambiental: lei complementar nº 140/2011	625
25. Resolução conama nº 237/1997 e suas alterações.....	629
26. Eia/rima: resolução conama nº 01/1986 e suas alterações.....	633
27. Política nacional de recursos hídricos - lei nº 9.433/1997 E suas alterações	635
28. Lei nº 5.197/1967 E suas alterações - lei de fauna	641
29. Decreto nº 4.339/2002 - Política nacional da biodiversidade.....	644
30. Acordos internacionais para a conservação de espécies terrestres e aquáticas.....	658
31. Convenção da diversidade biológica (cdb).....	666
32. Decreto nº 3.607/2000 E suas alterações - cites.....	670
33. Portaria mma nº 148/2022 - lista nacional de espécies ameaçadas de extinção	674
34. Aplicação de legislação sobre fauna em cativeiro instrução normativa ibama nº 07/2015 e suas alterações)	675
35. Resolução conama nº 457/2013	677
36. Resolução conama nº 394/2007 - criação de animais silvestres como pets.....	679
37. Lei nº 7.173/1983 - Zoológicos	680
38. Resoluções conama nºs 428/2010, 302/2002, 303/2002, 369/2006, 371/2006 e resolução conama nº 458/2013	681
39. Instruções normativas do ibama nºs 184/2008, 14/2011 e 146/2007	693
40. Lei nº 9.985/2000 E suas alterações - sistema nacional de unidades de conservação da natureza	702

ÍNDICE

41. Lei nº 14.785/2023 - Pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins.....	710
42. Lei nº 11.105/2005 E suas alterações - estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - ogm e seus derivados	723
43. Iso 14000	730
44. Mudanças do clima.....	731
45. Desastres socioambientais.....	732

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer

dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS

A organização estrutural de um texto é fundamental para garantir clareza, coerência e coesão na comunicação de ideias. A estrutura adequada permite que o leitor compreenda facilmente o conteúdo e acompanhe o desenvolvimento das ideias. Abaixo estão os principais elementos da organização estrutural dos textos e como aplicá-los:

- Introdução

Função:

- Apresentar o tema do texto.
- Contextualizar o assunto.
- Estabelecer o objetivo ou tese do texto.

Elementos:

- Abertura: Uma introdução atraente que capture o interesse do leitor, como uma citação, uma pergunta ou uma breve narrativa.

- Exemplo: "Você sabia que mais de 80% dos adultos sofrem de estresse em algum momento da vida?"

- Contextualização: Fornecer o contexto necessário para entender o tema.

- Exemplo: "No mundo moderno, a pressão por desempenho e as demandas da vida cotidiana têm contribuído para níveis crescentes de estresse."

- Tese ou Objetivo: Declarar a principal ideia ou propósito do texto.

- Exemplo: "Este artigo explora as principais causas do estresse e oferece estratégias eficazes para seu gerenciamento."

- Desenvolvimento

Função:

- Explorar e desenvolver o tema proposto.
- Apresentar argumentos, evidências e exemplos.
- Organizar as ideias de forma lógica e sequencial.

Elementos:

- Parágrafos: Cada parágrafo deve abordar um ponto específico relacionado à tese. Deve começar com uma frase tópico, seguir com explicações e exemplos, e concluir com uma frase de fechamento.

- Frase Tópico: Introduz a ideia principal do parágrafo.
- Exemplo: “Uma das principais causas do estresse é a sobrecarga de trabalho.”

- Desenvolvimento: Expõe detalhes, evidências e exemplos que sustentam a ideia.

- Exemplo: “Pesquisas mostram que longas jornadas de trabalho e a falta de equilíbrio entre vida profissional e pessoal aumentam significativamente os níveis de estresse.”

- Frase de Fechamento: Resume o ponto principal do parágrafo e liga-o à ideia geral do texto.

- Exemplo: “Portanto, é crucial que as empresas implementem políticas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal para reduzir o estresse entre seus funcionários.”

- Sequência Lógica: Organizar os parágrafos e ideias de forma que fluam naturalmente, utilizando transições eficazes.

- Exemplo: “Além da sobrecarga de trabalho, outro fator importante a considerar é a falta de suporte social.”

- Conclusão

Função:

- Resumir os principais pontos discutidos no texto.
- Reafirmar a tese ou propósito.
- Oferecer uma reflexão final ou sugestão para ação.

Elementos:

- Resumo dos Pontos Principais: Revisar as ideias principais apresentadas no desenvolvimento.

- Exemplo: “Em resumo, as principais causas do estresse incluem a sobrecarga de trabalho e a falta de suporte social.”

- Reafirmação da Tese: Reiterar a principal ideia ou propósito do texto à luz das evidências apresentadas.

- Exemplo: “Como demonstrado, é evidente que o gerenciamento eficaz do estresse é essencial para a saúde e o bem-estar.”

- Reflexão Final ou Sugestão: Oferecer uma conclusão reflexiva ou uma sugestão de ação para o leitor.

- Exemplo: “Portanto, adotar técnicas de gerenciamento de estresse pode melhorar significativamente a qualidade de vida.”

- Elementos Adicionais

Função:

- Complementar o texto e fornecer suporte adicional.

Elementos:

- Título: Deve refletir o conteúdo e chamar a atenção do leitor.

- Exemplo: “Como Gerenciar o Estresse: Causas e Soluções.”

- Subtítulos: Organizam o texto em seções e facilitam a navegação.

- Exemplo: “Causas do Estresse” e “Estratégias para Gerenciamento.”

- Introdução e Conclusão de Seções: As seções intermediárias devem começar com uma introdução clara e terminar com uma conclusão ou transição para a próxima seção.

- Referências e Citações: Oferecer evidências e fontes para apoiar os argumentos e dar credibilidade ao texto.

- Exemplo: “De acordo com Smith (2023),...”

- Coesão e Coerência

Coesão:

- Uso de Conectores: Palavras e frases que ajudam a ligar ideias e parágrafos, como “além disso”, “por outro lado”, “por exemplo”.

- Exemplo: “Além disso, estudos mostram que o estresse crônico pode levar a problemas de saúde graves.”

Coerência:

- Consistência Temática: As ideias devem estar logicamente conectadas e seguir uma linha de raciocínio clara.

- Exemplo: Manter o foco na discussão sobre estresse e evitar desvios para temas não relacionados.

Exemplos Práticos

1. Artigo Acadêmico:

- Introdução: Apresenta o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a hipótese.

- Desenvolvimento: Dividido em seções como revisão de literatura, metodologia, resultados e discussão.

- Conclusão: Resume os achados e sugere implicações ou direções para futuras pesquisas.

2. Texto Informativo:

- Introdução: Introduz o tema e a importância da informação.

- Desenvolvimento: Expõe informações e dados em parágrafos temáticos.

- Conclusão: Resume as principais informações e oferece uma visão geral.

3. Carta Formal:

- Introdução: Saudação formal e introdução do motivo da carta.

- Desenvolvimento: Detalhamento do assunto ou pedido.

- Conclusão: Resumo e agradecimento, seguido de uma assinatura formal.

Conclusão

A organização estrutural dos textos é essencial para a comunicação eficaz e a compreensão clara das ideias. Seguir uma estrutura organizada—com uma introdução clara, desenvolvimento lógico e uma conclusão coesa—ajuda a criar textos que são não apenas informativos, mas também agradáveis e fáceis de ler. A coesão e a coerência garantem que o texto seja fluente e que as ideias estejam bem conectadas.

MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

— Definições e diferenciação

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, tanto que um texto coeso pode ser incoerente, e vice-versa. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

— Coesão Textual

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas conectivos.

As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricas. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência

– **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos.

Exemplo:

«Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

– **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças.

Exemplo:

“Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

– **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos.

Exemplo:

“Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

– **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido.

Analise o exemplo:

“Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

– **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual – nominal, verbal ou frasal – por meio da figura denominando eclipse.

Exemplo:

“Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

– **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

Exemplo:

“Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

– **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hiperônimos, entre outros.

Exemplo:

“Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

— Coerência Textual

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação – consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente. A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” Os veganos não consomem produtos de origem animal.

Princípios Básicos da Coerência

– **Relevância:** as ideias têm que estar relacionadas.

– **Não Contradição:** as ideias não podem se contradizer.

– **Não Tautologia:** as ideias não podem ser redundantes.

Fatores de Coerência

– **As inferências:** se partimos do pressuposto que os interlocutores partilham do mesmo conhecimento, as inferências podem simplificar as informações.

Exemplo:

“Sempre que for ligar os equipamentos, não se esqueça de que voltagem da lavadora é 220v”.

Aqui, emissor e receptor compartilham do conhecimento de que existe um local adequado para ligar determinado aparelho.

– **O conhecimento de mundo:** todos nós temos uma bagagem de saberes adquirida ao longo da vida e que é arquivada na nossa memória. Esses conhecimentos podem ser os chamados *scripts* (roteiros, tal como normas de etiqueta), planos (planejar algo com um objetivo, tal como jogar um jogo), esquemas (planos de funcionamento, como a rotina diária: acordar, tomar café da manhã, sair para o trabalho/escola), *frames* (rótulos), etc.

Exemplo:

“Coelhinho e ovos de chocolate! Vai ser um lindo Natal!”

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

DO MEIO AMBIENTE (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ART. 225)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em re-

lação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (Regulamento) (Regulamento)

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017)

(...)

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RELATÓRIO BRUNDTLAND)

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, introduzido pelo Relatório Brundtland em 1987, representa uma abordagem integradora para enfrentar os desafios globais, como a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental.

1. O Conceito de Desenvolvimento Sustentável

O Relatório Brundtland define desenvolvimento sustentável como:

"Aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades."

1.1. Atendimento às Necessidades do Presente

Esse aspecto enfatiza a importância de garantir qualidade de vida para a população atual. Isso inclui:

- **Necessidades Básicas:** Saúde, alimentação, educação, moradia e acesso à água potável.
- **Justiça Social:** Redução das desigualdades econômicas e sociais, priorizando as populações mais vulneráveis.

1.2. Proteção para as Gerações Futuras

Aqui, destaca-se a necessidade de conservar os recursos naturais e proteger os ecossistemas para garantir a continuidade da vida no planeta:

- Redução do uso de recursos não renováveis, como petróleo e carvão.
- Preservação da biodiversidade para manter os ciclos naturais e os serviços ecossistêmicos.

2. Os Três Pilares do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável depende do equilíbrio entre três pilares fundamentais:

2.1. Pilar Econômico

O crescimento econômico é necessário para gerar empregos, renda e recursos para investimentos sociais. No entanto, o desenvolvimento econômico deve ser responsável:

- **Produção Sustentável:** Uso eficiente dos recursos naturais para evitar desperdícios.
- **Economia Circular:** Reutilização e reciclagem de materiais para reduzir impactos ambientais.
- **Investimentos Verdes:** Promoção de energias renováveis e tecnologias limpas.

2.2. Pilar Social

Esse pilar reconhece que o bem-estar humano é central para a sustentabilidade. Ele engloba:

- **Educação Inclusiva:** Acesso à educação de qualidade para capacitar as pessoas a participarem de decisões sobre sustentabilidade.
- **Saúde e Qualidade de Vida:** A promoção de condições de vida dignas para todos.
- **Equidade:** Combate às desigualdades de gênero, raça e classe.

2.3. Pilar Ambiental

O pilar ambiental sustenta os outros dois pilares, garantindo que o planeta tenha capacidade de suportar as atividades humanas:

- **Conservação de Recursos Naturais:** Gestão sustentável de florestas, água e solos.
- **Mitigação das Mudanças Climáticas:** Redução de emissões de gases de efeito estufa e adaptação a eventos climáticos extremos.
- **Proteção da Biodiversidade:** Manutenção dos ecossistemas naturais para preservar espécies e serviços ecossistêmicos.

3. Importância do Relatório Brundtland

O Relatório Brundtland foi um divisor de águas nas discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente, pois:

- **Uniu Economia e Ecologia:** Mostrou que a proteção ambiental não é um obstáculo ao crescimento econômico, mas sim um componente essencial.

- **Destacou a Pobreza como Fator Crítico:** A pobreza extrema contribui para a degradação ambiental, e sua erradicação é fundamental para a sustentabilidade global.

- **Incentivou a Cooperação Global:** Enfatizou que os desafios ambientais, como mudanças climáticas e esgotamento de recursos, só podem ser enfrentados por meio de esforços conjuntos.

4. Princípios Fundamentais do Desenvolvimento Sustentável

4.1. Integração de Políticas

As políticas públicas devem abordar questões econômicas, sociais e ambientais de forma integrada. Exemplos:

- Planejamento urbano sustentável que equilibre desenvolvimento econômico com preservação ambiental.
- Adoção de incentivos para empresas que utilizam práticas ambientalmente responsáveis.

4.2. Responsabilidade Intergeracional

O princípio intergeracional exige que as decisões tomadas hoje levem em conta seus impactos no futuro. Exemplos:

- Estímulo ao uso de energias renováveis em substituição aos combustíveis fósseis.
- Conservação de áreas naturais para preservar a biodiversidade para as futuras gerações.

4.3. Equidade Global

Reconhece que países desenvolvidos têm maior responsabilidade em reduzir emissões e apoiar os países em desenvolvimento:

- Transferência de tecnologias limpas para países em desenvolvimento.
- Apoio financeiro para ações climáticas em nações mais vulneráveis.

4.4. Inovação Tecnológica

A ciência e a tecnologia são essenciais para criar soluções sustentáveis, como:

- Desenvolvimento de métodos agrícolas que reduzam o uso de água e pesticidas.
- Tecnologias de captação de carbono e aumento da eficiência energética.

5. O Legado do Relatório Brundtland

O Relatório Brundtland influenciou uma série de eventos e acordos internacionais que moldaram o debate sobre sustentabilidade:

5.1. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)

Conhecida como ECO-92, estabeleceu a Agenda 21, um plano global para o desenvolvimento sustentável.

5.2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, os ODS substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com metas para 2030 que incluem erradicação da pobreza, igualdade de gênero e ação climática.

6. Desafios para a Implementação do Desenvolvimento Sustentável

Apesar dos avanços, o mundo enfrenta grandes desafios para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade:

6.1. Mudanças Climáticas

- Aumento da temperatura global, desastres climáticos e acidificação dos oceanos.

- Necessidade de transição urgente para economias de baixo carbono.

6.2. Desigualdade Social

- Persistência da pobreza extrema e desigualdade econômica.

- Acesso desigual a recursos naturais, tecnologias e serviços básicos.

6.3. Consumo Insustentável

- Modelos de consumo que excedem a capacidade regenerativa do planeta.

- Pressão sobre os recursos naturais devido ao crescimento populacional e ao aumento do consumo per capita.

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P), DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (ANTIGO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE)

A A3P foi lançada em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como uma resposta à crescente necessidade de incorporar princípios de sustentabilidade na gestão pública. Na década de 1990, o Brasil e o mundo estavam passando por uma transformação na maneira de entender o desenvolvimento econômico, que passou a considerar os limites ambientais e a necessidade de preservar os recursos naturais para as futuras gerações. Nesse contexto, a administração pública, como grande consumidora de recursos e influenciadora de políticas, foi identificada como uma peça-chave para impulsionar práticas sustentáveis no país.

A criação da A3P foi motivada pela percepção de que a administração pública deveria dar o exemplo na adoção de práticas que reduzissem o impacto ambiental de suas atividades. A ideia era que, ao implementar práticas sustentáveis internamente, o setor público poderia não apenas reduzir seus próprios custos operacionais, mas também influenciar positivamente o comportamento de outros setores da sociedade, promovendo uma cultura de sustentabilidade.

Ao longo dos anos, a A3P se expandiu, com a adesão de diversos órgãos e entidades públicas em diferentes níveis de governo. A agenda se consolidou como uma ferramenta estratégica para a gestão ambiental no setor público, promovendo uma mudança gradual na cultura organizacional das instituições que a adotaram.

— Objetivos da A3P

Os objetivos da A3P estão centrados na promoção da sustentabilidade no ambiente administrativo, englobando tanto a gestão dos recursos naturais quanto o bem-estar dos servidores públicos. A seguir, detalhamos esses objetivos:

— **Racionalizar o uso dos recursos naturais e bens públicos:** A A3P visa incentivar a utilização eficiente dos recursos, como água, energia, papel e outros materiais, dentro das instituições públicas. A adoção de práticas como a instalação de equipamentos de eficiência energética, a digitalização de documentos e a reutilização de materiais tem como objetivo reduzir o consumo e os custos associados, promovendo uma administração pública mais sustentável.

— **Gerir adequadamente os resíduos:** Um dos principais focos da A3P é a gestão de resíduos sólidos, especialmente em prédios públicos, onde há grande geração de resíduos, como papel, plástico, e-lixo e resíduos orgânicos. A A3P promove a implantação de sistemas de coleta seletiva, compostagem e reciclagem, visando à minimização da geração de resíduos e à destinação correta dos mesmos.

— **Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho:** A A3P reconhece que a sustentabilidade também está relacionada ao bem-estar dos servidores públicos. Por isso, o programa inclui ações que buscam melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, como a promoção de ambientes saudáveis, a redução de estresse e a criação de espaços verdes. A ideia é que um ambiente de trabalho saudável contribua para a produtividade e o engajamento dos servidores.

— **Sensibilizar e capacitar os servidores públicos:** A A3P enfatiza a importância da educação ambiental como ferramenta para sensibilizar e capacitar os servidores públicos. Por meio de cursos, palestras e workshops, o programa busca fornecer aos servidores o conhecimento necessário para adotar práticas sustentáveis e aplicar esses princípios em suas rotinas de trabalho.

— **Incorporar critérios socioambientais nas compras públicas:** As compras governamentais representam uma parcela significativa do consumo de bens e serviços no país. A A3P promove a incorporação de critérios de sustentabilidade nos processos de licitação e compra, incentivando a aquisição de produtos com menor impacto ambiental, como materiais reciclados, equipamentos eficientes e produtos provenientes de fontes responsáveis.

— Eixos Temáticos da A3P

A implementação da A3P é organizada em torno de cinco eixos temáticos, que orientam as ações das instituições públicas. Cada eixo abrange um conjunto específico de práticas e políticas, conforme detalhado a seguir:

Gestão de Resíduos Sólidos

Este eixo temático é dedicado à implantação de sistemas de gestão de resíduos sólidos nas instituições públicas. A gestão de resíduos envolve várias etapas, desde a redução na fonte até a disposição final, passando pela reutilização e reciclagem.

— **Redução na Fonte:** As instituições são incentivadas a adotar práticas que minimizem a geração de resíduos, como o uso de papéis digitais, a diminuição do uso de descartáveis e a compra de produtos com menos embalagens.

– **Coleta Seletiva:** A implementação de sistemas de coleta seletiva é fundamental para a segregação correta dos resíduos, permitindo que materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro e metal, sejam direcionados para reciclagem.

– **Compostagem:** Para os resíduos orgânicos, como restos de alimentos e resíduos de jardinagem, a A3P promove a prática da compostagem, que converte esses materiais em adubo, reduzindo a quantidade de resíduos enviados para aterros.

– **Destinação Adequada:** Os resíduos perigosos, como e-lixo (lixo eletrônico), lâmpadas fluorescentes e pilhas, recebem uma atenção especial, sendo encaminhados para destinação adequada, conforme a legislação ambiental vigente.

Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos

O uso racional de recursos é um dos pilares da A3P, abrangendo desde o consumo de água e energia até a gestão de bens como papéis e equipamentos de escritório.

– **Eficiência Energética:** As instituições públicas são incentivadas a adotar medidas de eficiência energética, como a instalação de sistemas de iluminação LED, o uso de sensores de presença para controle de iluminação e a compra de equipamentos eletrônicos com selo de eficiência energética.

– **Economia de Água:** A A3P promove a instalação de dispositivos que economizam água, como torneiras com temporizadores e descargas de baixo consumo, além de práticas como a captação e o uso de água da chuva para fins não potáveis.

– **Gestão de Bens:** A digitalização de documentos e a transição para o uso de papéis reciclados são práticas incentivadas para reduzir o consumo de papel. Além disso, o reuso e a reutilização de materiais de escritório contribuem para a economia de recursos e a redução de desperdícios.

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Este eixo foca na criação de um ambiente de trabalho que seja não apenas eficiente, mas também saudável e sustentável.

– **Ambientes Saudáveis:** A promoção de espaços verdes, como jardins internos e áreas de convivência ao ar livre, contribui para o bem-estar dos servidores, além de melhorar a qualidade do ar e a estética do ambiente.

– **Promoção da Saúde:** A A3P apoia iniciativas que incentivem práticas de vida saudável, como a criação de programas de bem-estar, oferta de atividades físicas, e campanhas de conscientização sobre alimentação saudável e combate ao estresse.

– **Mobilidade Sustentável:** Incentivar o uso de transporte coletivo, bicicletas ou caronas solidárias é uma forma de reduzir a pegada de carbono dos servidores e melhorar a qualidade de vida, evitando os transtornos associados ao trânsito e promovendo a atividade física.

Sensibilização e Capacitação dos Servidores

A educação e a capacitação dos servidores são essenciais para a implementação bem-sucedida da A3P.

– **Programas de Educação Ambiental:** A A3P promove a realização de cursos, palestras e seminários que abordam temas relacionados à sustentabilidade, gestão ambiental e práticas de consumo consciente.

– **Campanhas de Conscientização:** A realização de campanhas internas para conscientizar os servidores sobre a importância de práticas sustentáveis, como a redução do consumo de

energia e água, e a correta segregação dos resíduos, é fundamental para criar uma cultura organizacional orientada para a sustentabilidade.

– **Treinamento Técnico:** Para garantir que os servidores estejam aptos a implementar as práticas recomendadas pela A3P, são oferecidos treinamentos técnicos sobre gestão de resíduos, eficiência energética, e outras áreas específicas.

Licitações Sustentáveis

As licitações sustentáveis são um componente-chave da A3P, pois orientam as compras públicas para práticas que favoreçam o meio ambiente.

– **Crerios Ambientais nas Licitações:** As instituições públicas são incentivadas a incluir critérios ambientais nos processos de licitação, como a exigência de certificações ambientais, preferências por materiais recicláveis e a consideração do ciclo de vida dos produtos.

– **Incentivo ao Comércio Justo:** Além dos critérios ambientais, as licitações podem incluir exigências sociais, como a compra de produtos provenientes de cooperativas de trabalhadores ou de empresas que adotem práticas de responsabilidade social.

– **Transparência e Participação:** A A3P promove a transparência nos processos de compras públicas, incentivando a participação de fornecedores que sigam práticas sustentáveis e que estejam comprometidos com a redução do impacto ambiental.

Ações e Resultados da A3P

Desde sua criação, a A3P tem sido implementada em diversas instituições públicas no Brasil, com resultados significativos em termos de sustentabilidade e economia de recursos. A seguir, detalhamos algumas das principais ações e os resultados obtidos:

Coleta Seletiva

A implementação de programas de coleta seletiva tem sido uma das ações mais difundidas entre as instituições que aderiram à A3P. Esses programas permitem que grandes volumes de resíduos recicláveis sejam segregados e destinados corretamente, reduzindo a quantidade de lixo enviada a aterros sanitários e contribuindo para a economia circular.

– **Exemplo Prático:** Em Brasília, o Tribunal de Contas da União (TCU) implementou um programa de coleta seletiva que conseguiu reduzir significativamente a quantidade de resíduos destinados a aterros e aumentou a reciclagem de papel, plástico e metal.

Redução do Consumo de Energia e Água

Diversas instituições públicas adotaram medidas de eficiência energética e de economia de água, resultando em uma significativa redução no consumo desses recursos.

– **Exemplo Prático:** A Câmara dos Deputados implementou uma série de medidas para reduzir o consumo de energia elétrica, como a substituição de lâmpadas convencionais por LED e a instalação de sensores de presença em áreas de baixo fluxo. Como resultado, houve uma redução substancial na conta de energia da instituição.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- estão ligados ao ideal de liberdade;
- são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- surgiram no início do século XX;
- apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- estão ligados ao ideal de igualdade;
- são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais

	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- surgiram no século XX;
- estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;
- correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

– Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

– Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- Historicidade:** não nasceram de uma só vez, revelando sua índole evolutiva;
- Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária, nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpido na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

Os quatro status de Jellinek

a) status passivo ou subjectiois: quando o indivíduo se encontra em posição de subordinação aos poderes públicos, caracterizando-se como detentor de deveres para com o Estado;

b) status negativo: caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos;

c) status positivo ou status civitatis: posição que coloca o indivíduo em situação de exigir do Estado que atue positivamente em seu favor;

d) status ativo: situação em que o indivíduo pode influir na formação da vontade estatal, correspondendo ao exercício dos direitos políticos, manifestados principalmente por meio do voto.

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os Direitos Humanos são entendidos como os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, linguagem, religião ou qualquer outra condição. São fundamentados na dignidade e valor de cada ser humano e devem ser respeitados e protegidos por todos os Estados e organizações.

Princípios Fundamentais

Os Direitos Humanos baseiam-se em princípios universais, que incluem:

– **Universalidade:** todos os seres humanos têm direitos, independentemente de onde vivem ou quem são.

– **Inalienabilidade:** Direitos Humanos não podem ser tirados, a menos em circunstâncias específicas e de acordo com o devido processo.

– **Interdependência e Indivisibilidade:** todos os Direitos Humanos estão interligados e são igualmente importantes.

– **Igualdade e não discriminação:** cada pessoa tem o direito de gozar de seus Direitos Humanos sem discriminação de qualquer tipo.

– **Participação e inclusão:** todos têm o direito de participar e ser incluídos nas decisões que afetam suas vidas.

– **Responsabilidade:** estados e atores têm a responsabilidade de proteger e promover Direitos Humanos.

Características Principais

– **Inatos:** são inerentes à condição humana.

– **Universais:** pertencem a todos, independentemente de qualquer distinção.

– **Inalienáveis:** não podem ser retirados.

– **Imprescritíveis:** não expiram ou desaparecem com o tempo.

– **Irrenunciáveis:** indivíduos não podem abrir mão voluntariamente deles.

Gerações de Direitos Humanos

Os Direitos Humanos evoluíram ao longo do tempo e, frequentemente, são categorizados em “gerações” para refletir essa evolução.

1. Primeira Geração - Direitos Civis e Políticos: estes são os direitos do indivíduo frente ao Estado. Incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, liberdade de expressão e direito a um julgamento justo.

2. Segunda Geração - Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: relacionados com as condições necessárias para viver uma vida digna. Incluem o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e à proteção social.

3. Terceira Geração - Direitos de Solidariedade ou Coletivos: estes refletem preocupações mais amplas, como o direito a um desenvolvimento sustentável, à paz, à autodeterminação dos povos e a um ambiente saudável.

4. Quarta e Quinta Gerações: estas são categorias em evolução e incluem questões como direitos digitais, genéticos e de grupos específicos, como indígenas e minorias.

Os Direitos Humanos, com suas características, princípios e gerações distintas, formam um corpo robusto de direitos que buscam proteger e promover a dignidade humana em todas as suas facetas. À medida que a sociedade evolui, também evoluem os Direitos Humanos, refletindo as necessidades e desafios emergentes de nosso tempo. É crucial entender esses conceitos, pois eles formam a base para um mundo mais justo e equitativo, onde cada indivíduo é valorizado e protegido.

Evolução e importância histórica dos Direitos Humanos

Apesar de sua expressão moderna, os Direitos Humanos têm raízes para além da modernidade, tendo em vista a antiga inclinação humana para o senso de justiça. A verdadeira consolidação dos Direitos Humanos se deu em meados do século XX, como um fenômeno do pós-guerra, em resposta às atrocidades e os horrores do nazismo. Diante da necessidade de resguardar e efetivar os direitos fundamentais da pessoa humana, foram surgindo normas que tutelam os bens primordiais da vida. E, dentre esses bens primordiais, a dignidade humana tornou-se princípio basilar dos Direitos Humanos, trazendo novos direitos e acepções à legislação.

Historicamente, desde a Antiguidade, na fase pré-Estado Constitucional a afirmação dos direitos humanos tem influência da Democracia Ateniense, da República Romana, do Cristianismo da Idade Média, das revoluções liberais e das ideias iluministas até a sua internacionalização e constitucionalização. Somente num

momento histórico posterior ao absolutismo se permitiu algum resgate da aproximação entre a Moral e o Direito, qual seja o da **Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII**, com o movimento do **Iluminismo**, que conferiu alicerce para as **Revoluções Francesa e Industrial**. O Iluminismo lançou base para os principais eventos que ocorreram no início da Idade Contemporânea, quais sejam as **Revoluções Francesa, Americana e Industrial**.

No final do século XIX e no início de século XX, o mundo passou por variadas crises de instabilidade diplomática, posto que vários países possuíam condições suficientes para se sobreporem sobre os demais, resultado dos avanços tecnológicos e das melhorias no padrão de vida da sociedade. Neste contexto, surgiram condições para a eclosão das duas Guerras Mundiais, eventos que alteraram o curso da história da civilização ocidental.

Embora o processo de internacionalização dos direitos humanos tenha antecedentes no pós-Primeira Guerra Mundial, notadamente, com a criação da **Liga das Nações** e da **Organização Internacional do Trabalho** com o **Tratado de Versalhes de 1919**, é no **pós-Segunda Guerra Mundial** que se encontram as bases do **direito internacional dos direitos humanos**.

Os eventos da Segunda Guerra Mundial foram marcados por retrocesso e desumanização em matéria de Direitos Humanos, com o devido respaldo jurídico do ordenamento dos países bélicos.

A perspectiva contemporânea de direitos humanos emerge no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, tendo como marcos: a **Carta da ONU**, de 1945, que instituiu a Organização das Nações Unidas e a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 1948, que é o primeiro documento a reconhecer materialmente os direitos humanos.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

PRÉÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

ARTIGO 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

ARTIGO 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

ARTIGO 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

ARTIGO 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

ARTIGO 6

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

ARTIGO 7

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ARTIGO 8

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

ARTIGO 9

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

ARTIGO 10

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

ARTIGO 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

ARTIGO 12

Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

ARTIGO 13

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar.

ARTIGO 14

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

ARTIGO 15

1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

ARTIGO 16

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

ARTIGO 17

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

ARTIGO 18

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

ARTIGO 19

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

ARTIGO 20

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

ARTIGO 21

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONCEITOS BÁSICOS EM ADMINISTRAÇÃO: EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, EFETIVIDADE, QUALIDADE; PAPÉIS DO ADMINISTRADOR

No contexto da administração pública, os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade desempenham papéis fundamentais para a prestação de serviços de qualidade à população. Assim, temos:

Da Eficiência

Conforme o doutrinador Chiavenato, que aborda em seu livro *“Administração Geral e Pública”* (2008), a eficiência está ligada à forma como utilizamos os recursos disponíveis para alcançar nossos objetivos.

Assim, quando dizemos que alguém foi eficiente, estamos destacando que essa pessoa soube empregar os recursos disponíveis de maneira apropriada. Em outras palavras, a eficiência se manifesta na relação entre os resultados ou serviços produzidos (*outputs*) e os recursos consumidos (*inputs*).

Um exemplo clássico citado por teóricos para ilustrar esse conceito é o das campanhas de vacinação. Uma campanha será considerada mais eficiente quanto menor for o seu custo, isto é, se conseguir atingir seus objetivos com um investimento reduzido.

Desse modo, conclui-se que a eficiência busca utilizar os recursos da melhor maneira possível, focando tanto no processo quanto no resultado de uma tarefa bem executada.

Nesse sentido, a eficiência refere-se à capacidade de alcançar os melhores resultados com o menor uso possível de recursos. Trata-se de fazer as coisas da maneira certa, buscando a otimização dos recursos disponíveis.

Da Eficácia

Relaciona-se com a capacidade de alcançar os objetivos propostos. É fazer as coisas certas, garantindo que os resultados esperados sejam alcançados.

Conforme a maioria da doutrina, eficácia significa fazer a coisa certa. Este conceito não se relaciona com a maneira como os recursos são utilizados, mas sim se os objetivos estabelecidos foram realmente alcançados.

-- **Observação Importante:** a eficácia está intimamente ligada à quantidade e qualidade dos produtos ou serviços prestados ao usuário.

Retomando o exemplo da campanha de vacinação, ela será considerada eficaz se conseguir atingir ou até mesmo superar a meta estabelecida para o número de pessoas vacinadas. Neste

contexto, o foco principal não está nos recursos ou insumos utilizados, mas sim no alcance da meta proposta. É por isso que dizemos que a eficácia está relacionada aos fins.

Por outro lado, se a campanha de vacinação alcançar a meta estipulada para o número de pessoas vacinadas, mas exceder o orçamento inicialmente previsto, ela será eficaz, mas não eficiente. Isso ocorre porque a eficiência está relacionada à otimização dos recursos utilizados para alcançar os resultados desejados.

Da Efetividade

De acordo com os doutrinadores Robbins e Coulter (1998), efetividade diz respeito ao impacto das ações, ou seja, como a execução de um programa pode influenciar ou modificar uma determinada realidade.

Retomando o exemplo da campanha de vacinação, para que ela seja considerada efetiva, é necessário que haja um impacto real na realidade, como a redução ou eliminação da doença alvo da campanha. Se a campanha vacinar todas as pessoas conforme o planejado, mas o medicamento não produzir os efeitos desejados, ela será eficaz mas não efetiva.

Por esse motivo, esta classe de indicadores é considerada mais complexa de ser mensurada, dada a natureza dos dados envolvidos e o caráter temporal dos resultados.

Além disso, a efetividade está diretamente relacionada com a missão da instituição. Ao analisar a disciplina de Orçamento Público, por exemplo, os indicadores de efetividade podem ser identificados na dimensão estratégica do Plano Plurianual (PPA).

Dessa forma, enquanto eficácia está relacionada ao cumprimento dos objetivos estabelecidos e eficiência à otimização dos recursos utilizados, a efetividade foca no impacto real das ações e programas implementados, mostrando-se como um indicador crucial para avaliar o sucesso de políticas públicas e programas governamentais.

Em esquema, temos:

EFICÁCIA	Relacionada ao cumprimento dos objetivos estabelecidos e eficiência à otimização dos recursos utilizados
EFETIVIDADE	Foca no impacto real das ações e programas implementados; Mostra-se como um indicador crucial para avaliar o sucesso de políticas públicas e programas governamentais.

Além dos conceitos amplamente discutidos de eficiência, eficácia e efetividade, a doutrina também aborda, embora de forma menos frequente em avaliações, os conceitos de execução, excelência e economicidade.

O conceito de execução refere-se à realização dos processos, projetos e planos de ação conforme estabelecidos. Trata-se de garantir que as atividades sejam executadas de acordo com o planejado e que os objetivos sejam alcançados.

Já o conceito de excelência está relacionado à conformidade com critérios e padrões de qualidade elevados. Busca-se, assim, aprimorar a realização dos processos, atividades e projetos, visando alcançar os melhores resultados possíveis com os recursos disponíveis.

Por fim, a economicidade está diretamente ligada à obtenção e ao uso de recursos de forma a minimizar os custos. O foco aqui é utilizar os recursos com o menor ônus possível, dentro dos requisitos e da quantidade exigidas.

É importante destacar que, enquanto o conceito de eficiência relaciona o insumo (*input*) com o resultado (*output*), a economicidade concentra-se exclusivamente no lado do insumo (*input*), buscando a otimização dos recursos utilizados.

Assim, cada um desses conceitos contribui para uma gestão pública mais eficiente, transparente e voltada para o alcance dos melhores resultados para a sociedade.

Além do mais, a eficácia reflete o impacto real das ações e políticas públicas sobre a melhoria da qualidade de vida da população. É a capacidade de produzir efeitos positivos e duradouros para a sociedade.

– **Observação Importante:** a Constituição Federal de 1988 estabelece princípios fundamentais da administração pública, incluindo a eficiência. O artigo 37 determina que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Aliada à Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e destaca a importância da eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos.

Ademais, a doutrina jurídica brasileira destaca a interdependência entre eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública. Alguns pontos importantes são:

a) Gestão por Resultados: a doutrina defende a importância da adoção de modelos de gestão orientados para resultados, onde se busca não apenas o cumprimento de metas, mas a produção de impactos positivos para a sociedade.

b) Accountability e Transparência: a doutrina enfatiza a necessidade de mecanismos de *accountability* (responsabilização) e transparência na administração pública, permitindo o controle social e a prestação de contas à sociedade sobre a eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais.

c) Capacitação e Desenvolvimento de Servidores: a doutrina destaca a importância da capacitação e desenvolvimento contínuo dos servidores públicos para a promoção da eficiência e eficácia na gestão pública.

Por fim, é válido ressaltar que a busca pela eficiência, eficácia e efetividade é essencial para a melhoria da qualidade dos serviços públicos e para o alcance dos objetivos sociais estabelecidos.

Ademais, a legislação brasileira, aliada à doutrina jurídica, oferece diretrizes importantes para orientar a administração pública na busca por uma gestão mais eficiente e voltada para resultados, sendo fundamental que os gestores públicos, servidores e sociedade, em geral, estejam comprometidos com a promoção desses conceitos, contribuindo para a construção de um Estado mais eficiente, transparente e responsável perante os cidadãos.

Referências Bibliográficas

- LEVY, Evelyn e DRAGO, Pedro Aníbal. *Gestão Pública no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FUNDAP: Casa Civil, 2005. 448 p. MEGGINSON, Leon C. et al. *Administração: conceitos e aplicações*. 4.ed. São Paulo: Harbra, 1998, p.11-12. MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002, p.94.

PAPÉIS DO ADMINISTRADOR

A administração é um campo essencial que desempenha um papel indispensável na organização e coordenação de atividades para atingir os objetivos estabelecidos. Os administradores são responsáveis por planejar, organizar, liderar e controlar os recursos da organização, sendo fundamentais para o sucesso e a eficácia das operações. Este artigo explora as principais funções e papéis dos administradores, destacando como eles contribuem para a realização das metas organizacionais e a manutenção da eficiência operacional.

— Funções do Administrador

As funções do administrador são atividades essenciais que garantem o funcionamento eficaz da organização. De acordo com o teórico Henri Fayol, as principais funções da administração incluem:

– **Planejamento:** Esta função envolve a definição de metas e a formulação de estratégias para alcançá-las. O planejamento é uma etapa crítica que estabelece a direção para a organização e inclui a identificação de recursos necessários, a definição de cronogramas e a antecipação de possíveis desafios. Um planejamento eficaz permite que a organização se prepare para o futuro e adapte suas estratégias conforme necessário.

– **Organização:** Após o planejamento, a função de organização é responsável por estruturar e alocar recursos de forma eficiente. Isso inclui a criação de uma estrutura organizacional que define os papéis e responsabilidades, a coordenação de tarefas e a disposição adequada dos recursos humanos e materiais. A organização visa garantir que todas as partes da empresa trabalhem de forma integrada e eficiente para alcançar os objetivos estabelecidos.

– **Liderança:** A liderança é a função que envolve motivar e influenciar os membros da equipe para atingir os objetivos da organização. Os administradores devem ser capazes de inspirar, comunicar-se de forma eficaz e criar um ambiente de trabalho positivo. A liderança eficaz é indispensável para manter a moral alta, promover a colaboração e assegurar que todos os funcionários estejam comprometidos com as metas da empresa.

– **Controle:** A função de controle envolve o monitoramento e a avaliação do progresso em relação aos objetivos estabelecidos. Isso inclui a medição de desempenho, a comparação dos resul-

tados com os padrões esperados e a implementação de ações corretivas quando necessário. O controle garante que a organização se mantenha no caminho certo e faça ajustes conforme necessário para garantir a eficácia operacional.

— Papéis do Administrador

Os papéis do administrador foram amplamente estudados pelo teórico Henry Mintzberg, que identificou vários papéis distintos que os administradores desempenham em suas funções diárias. Estes papéis incluem:

— **Papéis Interpessoais:** Neste papel, o administrador atua como um líder e representante da organização, interagindo com outros membros da equipe e partes externas. Ele pode representar a empresa em eventos externos, coordenar atividades de equipe e construir relacionamentos que são cruciais para o sucesso organizacional.

— **Papéis Informacionais:** Os administradores têm a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações dentro da organização. Eles devem estar atualizados sobre as tendências do setor, o desempenho da empresa e outras informações relevantes. A capacidade de filtrar e comunicar informações de forma eficaz é essencial para a tomada de decisões informadas e para a manutenção da transparência.

— **Papéis Decisórios:** No papel decisório, o administrador é responsável por tomar decisões estratégicas que afetam a direção da organização. Isso inclui a resolução de problemas, a alocação de recursos e a formulação de políticas. As decisões tomadas pelos administradores impactam diretamente o desempenho e o futuro da empresa, exigindo uma análise cuidadosa e uma abordagem estratégica.

As funções e papéis do administrador são essenciais para a eficácia e o sucesso de qualquer organização. O administrador deve equilibrar as habilidades de planejar, organizar, liderar e controlar para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz e que a equipe esteja alinhada aos objetivos estratégicos da empresa. Cada função contribui significativamente para o alcance dos objetivos, enquanto as funções interpessoais, informativas e de tomada de decisão garantem uma gestão bem informada e adaptável. A interação perfeita entre essas funções e funções permite ao administrador não apenas gerenciar as operações diárias, mas também responder proativamente aos desafios e oportunidades emergentes.

Além disso, compreender e implementar eficazmente os deveres e funções do administrador é essencial para criar um ambiente de trabalho produtivo e dinâmico. Os gestores que possuem estas competências são capazes de promover um ambiente de colaboração e inovação, conduzir a organização a um desempenho superior e garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Com uma abordagem bem estruturada e estratégica, os gestores podem enfrentar a complexidade do mercado atual e conduzir sua organização ao sucesso.

— Deveres do administrador público

São deveres do administrador público de acordo com a doutrina:

— **Poder-dever de agir:** agir é desempenhar a tempo as atribuições do cargo, função ou emprego de que é titular. Ex: Obrigação de punição de servidores quando infringido dever funcional.

O poder administrativo conferido a administração para atingir o fim público representa um dever de agir e uma obrigação do administrador público de atuar em benefício da coletividade e seus indivíduos. E tal poder é irrenunciável (e devem ser executados pelo titular) e obrigatório.

— **Dever de eficiência:** é a necessidade de tornar a atuação do administrador público mais célere, coordenado e eficiente, ou seja, é o dever de boa administração.

O agente tem o dever de executar suas atividades com presteza, perfeição e rendimento funcional.

— **Dever de probidade:** exige que a atuação do administrador público seja em consonância com os princípios da moralidade e honestidade administrativa sob pena de serem aplicadas sanções administrativas, penais e política (art. 37, §4º da CF).

— **Dever de prestar contas:** constitui um dever inerente do administrador público a prestação de contas referente à gestão dos bens e interesses da coletividade.

É o dever do administrador público a prestação de contas referentes a gestão dos bens e interesses da coletividade. Todo agente público tem o dever de prestar contas dos seus atos, sejam eles atos de governo, administrativos ou de gestão financeira.

ORGANIZAÇÃO: PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO; TIPOS DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; DEPARTAMENTALIZAÇÃO; CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

— Sistemas: Sistemas administrativos e Funções Administrativas

Abordagem Sistêmica – Início

A partir do ano de 1950, muitas das teorias começaram a aparecer paralelamente, entre elas a abordagem sistêmica. Ludwig Von Bertalanffy, biólogo alemão, coordenava um estudo interdisciplinar afim de transcender problemas existentes em cada ciência e proporcionar princípios gerais. Princípios esses que darão a visão de uma organização como organismo, ensinando quatro princípios importantes que devem ser pensados dentro das organizações:

- Nasce a Teoria Geral dos Sistemas;
- Visão Totalizante;
- Visão Expansionista: Sistêmica;
- Visão Integrada.

— Classificação de Sistemas

Abordagem Sistêmica – Características

— **Expansionismo:** tem uma ideia totalmente contrária ao Reduccionismo, significa dizer que o desempenho de um sistema menor, depende de como ele interage com o todo maior que o envolve e do qual faz parte.

– **Pensamento Sintético:** é o fenômeno visto como parte de um sistema maior e é explicado em termos do papel que desempenha nesse sistema maior. Juntando as coisas e não as separando. Há uma coordenação com as demais variáveis, onde as trocas das partes de um todo estão completamente ajustadas. Verificando-se assim, o comportamento de cada parte, no todo.

– **Teleologia:** a lógica sistêmica procura entender a inter-relação entre as diversas variáveis de um campo de forças que atuam entre si. O todo é diferente de cada uma das suas partes. Exemplo: o indivíduo é o que é pelo meio onde nasceu, pela educação que recebeu, pela forma de relacionamentos e cultura que conviveu. Existe grandes diferenças entre os indivíduos devido as influências que sofreram ao longo da vida e é isso que a Teoria Geral de Sistemas vai procurar explicar, o indivíduo é produto do meio em que vive, não está sozinho e isolado, tudo está fortemente conectado.

- Os sistemas existem dentro de sistemas (uma pequena parte, faz parte de um todo maior);
- Os sistemas são abertos (intercambio com o todo);
- As funções de um sistema dependem de sua estrutura (pessoas, recursos, do meio onde está).

– **Teoria dos Sistemas – Características dos Sistemas**



Objetivo: Todo sistema tem algum objetivo que define um arranjo para alcançar essa finalidade.

O sistema sempre reagirá globalmente (todas as partes e outros sistemas) a qualquer alteração feita em uma das partes. O ajustamento é contínuo.

– **Teoria dos Sistemas – Sistema Aberto**

- Está constantemente e de forma dual (entrega e recebimento) interagindo com o ambiente.
- É capacitado para o crescimento, mudanças, adaptações ao ambiente, podendo também ser autor reproduzidor sob certas condições.
- É contingência do sistema aberto competir com outros sistemas.

– **Sistemas de Gestão Empresarial**

Existem diversos tipos de sistemas de gestão empresarial, uma vez que, atualmente, dois deles estão em destaque.

- **BPM – Business Process Management**
- **ERP – Enterprise Resource Planning.**

São ferramentas que pretendem sistematizar os processos internos da empresa, gerenciando as informações.

– **Organização: Estrutura e recursos**



Planejamento – Conceito

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, através de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento. O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial;
- É uma maneira de ampliar as chances de sucesso.
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la;

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/1993

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93

“Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.”

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 1º O Ministério Público da União, organizado por esta lei Complementar, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.

Art. 2º Incumbem ao Ministério Público as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal.

Art. 3º O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista:

a) respeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, aos princípios informadores das relações internacionais, bem como aos direitos assegurados na Constituição Federal e na lei;

b) preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público;

c) prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder;

d) indisponibilidade da persecução penal;

e) competência dos órgãos incumbidos da segurança pública.

Art. 4º São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

I- a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

- a) a soberania e a representatividade popular;
 - b) os direitos políticos;
 - c) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;
 - d) a indissolubilidade da União;
 - e) a independência e a harmonia dos Poderes da União;
 - f) a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - g) as vedações impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
 - h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União;
- II- zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:
- a) ao sistema tributário, às limitações do poder de tributar, à repartição do poder impositivo e das receitas tributárias e aos direitos do contribuinte;
 - b) às finanças públicas;
 - c) à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema financeiro nacional;
 - d) à segurança social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente;
 - e) à segurança pública;
- III- a defesa dos seguintes bens e interesses:
- a) o patrimônio nacional;
 - b) o patrimônio público e social;
 - c) o patrimônio cultural brasileiro;
 - d) o meio ambiente;
 - e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;
- IV- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social aos princípios, garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Constituição Federal e na lei, relativos à comunicação social;
- V- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto:
- a) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação;
 - b) aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;
- VI- exercer outras funções previstas na Constituição Federal e na lei.
- § 1º Os órgãos do Ministério Público da União devem zelar pela observância dos princípios e competências da Instituição, bem como pelo livre exercício de suas funções.

§ 2º Somente a lei poderá especificar as funções atribuídas pela Constituição Federal e por esta Lei Complementar ao Ministério Público da União, observados os princípios e normas nelas estabelecidos.

CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

I- promover a ação direta de inconstitucionalidade e o respectivo pedido de medida cautelar;

II- promover a ação direta de inconstitucionalidade por omissão;

III- promover a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal;

IV- promover a representação para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal;

V- promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

VI- impetrar habeas corpus e mandado de segurança;

VII- promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

a) a proteção dos direitos constitucionais;

b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

VIII- promover outras ações, nelas incluído o mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, quando difusos os interesses a serem protegidos;

IX- promover ação visando ao cancelamento de naturalização, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

X- promover a responsabilidade dos executores ou agentes do estado de defesa ou do estado de sítio, pelos ilícitos cometidos no período de sua duração;

XI- defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, incluídos os relativos às terras por elas tradicionalmente habitadas, propondo as ações cabíveis;

XII- propor ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos;

XIII- propor ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços;

XIV- promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto:

a) ao Estado de Direito e às instituições democráticas;

b) à ordem econômica e financeira;

c) à ordem social;

d) ao patrimônio cultural brasileiro;

e) à manifestação de pensamento, de criação, de expressão ou de informação;

f) à probidade administrativa;

g) ao meio ambiente;

XV- manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção;

XVI- (Vetado);

XVII- propor as ações cabíveis para:

a) perda ou suspensão de direitos políticos, nos casos previstos na Constituição Federal;

b) declaração de nulidade de atos ou contratos geradores do endividamento externo da União, de suas autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, ou com repercussão direta ou indireta em suas finanças;

c) dissolução compulsória de associações, inclusive de partidos políticos, nos casos previstos na Constituição Federal;

d) cancelamento de concessão ou de permissão, nos casos previstos na Constituição Federal;

e) declaração de nulidade de cláusula contratual que contrarie direito do consumidor;

XVIII- representar;

a) ao órgão judicial competente para quebra de sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, bem como manifestar-se sobre representação a ele dirigida para os mesmos fins;

b) ao Congresso Nacional, visando ao exercício das competências deste ou de qualquer de suas Casas ou comissões;

c) ao Tribunal de Contas da União, visando ao exercício das competências deste;

d) ao órgão judicial competente, visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível;

XIX- promover a responsabilidade:

a) da autoridade competente, pelo não exercício das incumbências, constitucional e legalmente impostas ao Poder Público da União, em defesa do meio ambiente, de sua preservação e de sua recuperação;

b) de pessoas físicas ou jurídicas, em razão da prática de atividade lesiva ao meio ambiente, tendo em vista a aplicação de sanções penais e a reparação dos danos causados;

XX- expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

§ 1º Será assegurada a participação do Ministério Público da União, como instituição observadora, na forma e nas condições estabelecidas em ato do Procurador-Geral da República, em qualquer órgão da administração pública direta, indireta ou fundacional da União, que tenha atribuições correlatas às funções da Instituição.

§ 2º A lei assegurará a participação do Ministério Público da União nos órgãos colegiados estatais, federais ou do Distrito Federal, constituídos para defesa de direitos e interesses relacionados com as funções da Instituição.

Art. 7º Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais:

I- instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

II- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas;

III- requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.

Art. 8º Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência:

- I- notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada;
- II- requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta;
- III- requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas;
- IV- requisitar informações e documentos a entidades privadas;
- V- realizar inspeções e diligências investigatórias;
- VI- ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio;
- VII- expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar;
- VIII- ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;
- IX- requisitar o auxílio de força policial.

§ 1º O membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar; a ação penal, na hipótese, poderá ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente, na forma da lei processual penal.

§ 2º Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.

§ 3º A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 4º As correspondências, notificações, requisições e intimações do Ministério Público quando tiverem como destinatário o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas e levadas a efeito pelo Procurador-Geral da República ou outro órgão do Ministério Público a quem essa atribuição seja delegada, cabendo às autoridades mencionadas fixar data, hora e local em que puderem ser ouvidas, se for o caso.

§ 5º As requisições do Ministério Público serão feitas fixando-se prazo razoável de até dez dias úteis para atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

Art. 9º O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo:

- I- ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisões;

II- ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim

policial;

III- representar à autoridade competente pela adoção de providências

para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder;

IV- requisitar à autoridade competente para instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial;

V- promover a ação penal por abuso de poder.

Art. 10. A prisão de qualquer pessoa, por parte de autoridade federal ou do Distrito Federal e Territórios, deverá ser comunicada imediatamente ao Ministério Público competente, com indicação do lugar onde se encontra o preso e cópia dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão.

CAPÍTULO IV

DA DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Art. 11. A defesa dos direitos constitucionais do cidadão visa à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública.

Art. 12. O Procurador dos Direitos do Cidadão agirá de ofício ou mediante representação, notificando a autoridade questionada para que preste informação, no prazo que assinar.

Art. 13. Recebidas ou não as informações e instruído o caso, se o Procurador dos Direitos do Cidadão concluir que direitos constitucionais foram ou estão sendo desrespeitados, deverá notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição ou que determine a cessação do desrespeito verificado.

Art. 14. Não atendida, no prazo devido, a notificação prevista no artigo anterior, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão representará ao poder ou autoridade competente para promover a responsabilidade pela ação ou omissão inconstitucionais.

Art. 15. É vedado aos órgãos de defesa dos direitos constitucionais do cidadão promover em juízo a defesa de direitos individuais lesados.

§ 1º Quando a legitimidade para a ação decorrente da inobservância da Constituição Federal, verificada pela Procuradoria, couber a outro órgão do Ministério Público, os elementos de informação ser-lhe-ão remetidos.

§ 2º Sempre que o titular do direito lesado não puder constituir advogado e a ação cabível não incumbir ao Ministério Público, o caso, com os elementos colhidos, será encaminhado à Defensoria Pública competente.

Art. 16. A lei regulará os procedimentos da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos constitucionais do cidadão.

CAPÍTULO V

DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 17. Os membros do Ministério Público da União gozam das seguintes garantias:

- I - vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

III - (Vetado)

Art. 18. São prerrogativas dos membros do Ministério Público da União:

I - institucionais:

a) sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes

singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem;

b) usar vestes talares;

c) ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio;

d) a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente;

e) o porte de arma, independentemente de autorização;

f) carteira de identidade especial, de acordo com modelo aprovado pelo Procurador-Geral da República e por ele expedida, nela se consignando as prerrogativas constantes do inciso I, alíneas c, d e e do inciso II, alíneas d, e e f, deste artigo;

II - processuais:

a) do Procurador-Geral da República, ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade;

b) do membro do Ministério Público da União que officie perante tribunais, ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça;

c) do membro do Ministério Público da União que officie perante juízes de primeira instância, ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

d) ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral da República, sob pena de responsabilidade;

e) ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

f) não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

g) ser ouvido, como testemunhas, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente;

h) receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que officiar.

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por membro do Ministério Público da União, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.

Art. 19. O Procurador-Geral da República terá as mesmas honras e tratamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; e os demais membros da instituição, as que forem reservadas aos magistrados perante os quais oficiem.

Art. 20. Os órgãos do Ministério Público da União terão presença e palavra asseguradas em todas as sessões dos colegiados em que oficiem.

Art. 21. As garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis.

Parágrafo único. As garantias e prerrogativas previstas nesta Lei Complementar não excluem as que sejam estabelecidas em outras leis.

CAPÍTULO VI DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 22. Ao Ministério Público da União é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe:

I- propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;

II- prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares;

III- organizar os serviços auxiliares;

IV- praticar atos próprios de gestão.

Art. 23. O Ministério Público da União elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

§ 2º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público da União será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, segundo o disposto no Título IV, Capítulo I, Seção IX, da Constituição Federal, e por sistema próprio de controle interno.

§ 3º As contas referentes ao exercício anterior serão prestadas, anualmente, dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional.

CAPÍTULO VII DA ESTRUTURA

Art. 24. O Ministério Público da União compreende:

I- O Ministério Público Federal;

II- o Ministério Público do Trabalho;

III- o Ministério Público Militar;

IV- o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. A estrutura básica do Ministério Público da União será organizada por regulamento, nos termos da lei.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
– É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejam os:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que

foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoa jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejam os que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** *“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.*

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece *“desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”.* Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

- a) Rapidez;
- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;
- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none"> – É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano; – Seu foco encontra-se nos controles administrativos; – Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> – É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública; – É focada no controle de resultados; – Reduz a atuação empresarial do Estado; – Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais; – Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho; – Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.

— **Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública**

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;

b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;

c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;

d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

– **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal.

O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) Devido processo legal formal: trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) Devido processo legal material ou substantivo: a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
– Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real)	– Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

— Princípios Implícitos

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

– **Súmula 346 - STF:** “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

– **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído por compensação das horas paradas pelo servidor. Porém, em se tratando de greve provocada por ato ilícito da Administração Pública, tal corte de salário não poderá ocorrer e a Administração deverá ressarcir os prejuízos caso estes existam e sejam verificados.

– **OBS. Importante:** De acordo com o disposto no artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal de 1.988, em hipótese alguma, poderá o servidor militar entrar em greve ou se sindicalizar.

Princípio da Razoabilidade ou da Proporcionalidade Ampla

Por meio desse princípio, as medidas adotadas pela Administração devem se apresentar das seguintes maneiras:

MEDIDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
ADEQUADAS	Seu dever é lograr com sucesso a realização da finalidade.
NECESSÁRIAS	A Administração deverá optar pela forma que restrinja menos ao direito do administrado.
PROPORCIONAIS	A Administração Pública deverá promover equilíbrio entre vantagens e desvantagens, entre o meio e o fim, fazendo com que haja mais vantagens que desvantagens, sob pena de ausência de proporcionalidade do ato.

Princípio da Motivação Obrigatória

Esse princípio obriga a Administração Pública a indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato.

Desta maneira, infere-se que a validade do ato administrativo se encontra condicionada à apresentação de forma escrita dos fundamentos fáticos e jurídicos justificadores da decisão que foi adotada.

Tal fundamentação se refere a um mecanismo de controle sobre a legalidade e legitimidade das decisões tomadas pela Administração Pública.

A obrigação de motivação dos atos da Administração Pública possui fundamento em vários dispositivos normativos, dentre eles, podemos citar como exemplos, os insertos no artigo 93, X da Constituição Federal e no artigo 50 da Lei nº 9784/99.

Contudo, existem atos que dispensam a motivação escrita, como exemplo, podemos citar a motivação evidente nos atos de gesticulação executados por policial na disciplina do trânsito, bem como a motivação inviável demonstrada em sinais de trânsito emitidos por semáforos.

Ressalta-se que a motivação deve ser apresentada de modo concomitante, ou no instante seguinte à prática do ato.

Há ainda, a motivação aliunde, que se trata daquela indicada fora do ato, e que se constitui em concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas. Como exemplo de motivação aliunde, podemos citar aquela realizada pelas infrações de trânsito, onde existe em padrão único de motivação para cada tipo de espécie de infração cometida e que nesse caso, não existe necessidade de motivação personalizada para cada agente que cometer o ato infracional.

Princípio da Presunção de Legitimidade

Por meio desse princípio, devido à prática exclusiva com a finalidade de aplicação da lei, os atos administrativos acabam por se beneficiar da legitimação democrática conferida pelo processo legislativo.

NOÇÕES DE PERÍCIA EM PROCESSO CIVIL

PERÍCIA NO PROCESSO CIVIL - CPC, ART. 156 A 158 E ART. 464 A 480; CONDICIONAMENTOS LEGAIS DE NOMEAÇÃO DO PERITO JUDICIAL (CPC, ART. 156 A 158 E ART. 465 A 468); CONTEÚDO MÍNIMO DO LAUDO DE PERÍCIA JUDICIAL - CPC, ART. 473; PERÍCIA COMPLEXA - CPC, ART. 475. QUESITOS IMPERTINENTES, QUESITOS SUPLEMENTARES E COMPLEMENTAÇÃO DE PERÍCIA; CONTRADITÓRIO NA ANÁLISE DO LAUDO DE PERÍCIA JUDICIAL E POSSÍVEIS DIVERGÊNCIAS - CPC, ART. 477; AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA ESCLARECIMENTOS - CPC, ART. 477; DEFINIÇÃO DE PROVA E FINALIDADE DA PROVA; RELAÇÕES ENTRE VERDADE E PROVA; PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL APLICADO À PROVA; PERITO NOMEADO PELO JUÍZO E ASSISTENTES TÉCNICOS PERICIAIS: FUNÇÕES DISTINTAS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA; PRAZOS PROCESSUAIS PARA A PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL; POSSIBILIDADES DE SUBSTITUIÇÃO DO PERITO JUDICIAL; POSSIBILIDADES DE IMPUGNAÇÃO E SUSPEIÇÃO DO PERITO JUDICIAL; CARACTERÍSTICA E FUNÇÃO DA SEGUNDA PERÍCIA JUDICIAL; PREVISÃO DE EVENTUAIS SANÇÕES AO PERITO JUDICIAL

DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA - PERITO

Trata-se o perito de um auxiliar eventual do juízo, que ajuda o magistrado no momento em que a prova cabal para resolução do litígio se encontrar dependente de conhecimento técnico ou científico.

Geralmente, o perito é uma pessoa que não compõe o quadro de funcionários efetivos da Justiça, haja vista, sua escolha ser feita pelo magistrado, para agir somente em um processo específico, considerando o fato a ser provado e os conhecimentos técnicos detidos pelo perito.

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 156 do CPC/2015, “*Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado*”.

Além do exposto acima, em alusão aos termos do parágrafo 2º do artigo 156, afirma que:

Art. 156 (...)

§ 2º Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.

Nesse diapasão, afirma também o parágrafo 3º do referido artigo:

§ 3º Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.

Assim sendo, tendo o perito aceitado o encargo, estará assumindo o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe determinar o magistrado, usando toda sua diligência, podendo recusar o encargo, mediante alegação de motivo legítimo.

Por fim, ressalta-se que a figura do perito, também se encontra sujeita à impugnação das partes por suspensão ou impedimento, nos ditames do artigo 148, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Vejamos uma importante súmula a respeito do tema em debate, bem como, logo após, a lei seca:

— **Súmula 232 do STJ:** “*A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.*”

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

(...)

**LIVRO III
DOS SUJEITOS DO PROCESSO**

(...)

**TÍTULO IV
DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA**

(...)

**CAPÍTULO III
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA**

(...)

**SEÇÃO II
DO PERITO**

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

§ 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

§ 2º Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.

§ 3º Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.

§ 4º Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos dos arts. 148 e 467, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividade.

§ 5º Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.

Art. 157. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

§ 1º A escusa será apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito a alegá-la.

§ 2º Será organizada lista de peritos na vara ou na secretaria, com disponibilização dos documentos exigidos para habilitação à consulta de interessados, para que a nomeação seja distribuída de modo equitativo, observadas a capacidade técnica e a área de conhecimento.

Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

DAS PROVAS

O direito probatório diz respeito a uma fase muito importante do processo de conhecimento; é a fase na qual se realizam os atos processuais destinados à produção da prova, como a apresentação de documentos, a oitiva de testemunhas e a realização de perícia.

Essa esfera do direito, assim como as outras, também é regida por princípios. As provas trazidas ao processo servem como baliza para o entendimento firmado pelo juiz no processo de conhecimento, e por essa razão, talvez seja um dos temas mais relevantes dentro do processo civil. Afinal, “vence” aquele que melhor convencer o juiz de que sua causa é a verdadeira.

A Prova é, ao mesmo tempo, influenciadora e subsidiária do convencimento do julgador. Nada mais é que uma forma de demonstração dos fatos narrados pela parte.

O juiz tem poderes de determinar a produção de provas de ofício, deferir ou indeferir aquelas que julgar inúteis. Ainda que as partes requeiram algum tipo de prova dentro do processo, o juiz defere a produção das provas que entender necessárias e úteis.

Importante mencionar, que as partes devem primeiramente se manifestar trazendo as provas ao processo, uma vez que não pode o juiz não pode agir de modo a quase substituir o advogado (ou a parte) para investigar os fatos trazidos ao processo.

Assim que se o juiz defere a prova ele não precisa fundamentar sua decisão, mas caso indefira o requerimento da produção de algum tipo de prova que julgue inútil à composição de seu entendimento para o processo, ele precisa fundamentar sua decisão, para que não seja esse um ato considerado como cerceamento de defesa. Se o juiz determinar a produção de uma prova que as partes não tenham requerido, ele deve fundamentar o porquê de estar solicitando a produção de tal prova.

Importante salientar que o juiz, agindo de ofício e determinando a produção de algum tipo de prova sem o requerimento das partes, não está atuando de forma parcial, nem agindo indiscriminadamente em favor de uma das partes. No entanto, o juiz deverá motivar as decisões em que defere, indefere o pedido de provas ou determine sua produção de ofício. Da mesma forma, o juiz não deve cometer abusos no exercício de seu poder instrutório, deve ser ponderado, levando em conta os Princípios da persuasão racional do juiz e o da motivação das decisões judiciais.

As partes não só possuem o direito de produzir provas, como também possuem o direito de acompanhar ativamente a sua produção; manifestar-se sobre as provas pleiteadas pelo adversário; discutir com o juiz acerca da pertinência, cabimento ou necessidade da prova; manifestar-se acerca do resultado

obtida com a prova produzida. Nos termos do Código de Processo Civil, a produção de provas nos autos é, ao mesmo tempo, um ônus (art. 400) e um dever (art. 378 e 379) das partes.

A produção de provas é um direito fundamental. Na Constituição, o direito à ampla defesa inclui o direito de produzir provas, por meio de qualquer meio previsto no código. Deve-se levar em conta que a prova produzida deve ser obtida por meios lícitos e legítimos. O ordenamento brasileiro não admite a utilização de prova ilícita, que recebe esse nome por ser produzida por meios ilícitos.

Entretanto, em alguns casos bem específicos a jurisprudência tem relativizado o uso de provas produzidas por meios ilícitos, como o grampo telefônico. Esse tipo de prova poderá ser admitida ao processo ponderando os princípios que estão em discussão em determinado processo. Essa relativização tem sido aplicada em casos que envolvam algum direito de dignidade da mulher ou do menor; ou seja, casos em que sem aquela prova seria impossível provar o dano e responsabilizar o culpado.

Só podemos provar alegações de fatos, não de direitos. Nosso Código de Processo Civil permite que haja prova do fato controvertido e ainda que seja a prova lícita e de fato controvertido; ou seja, que o fato não esteja determinado, mas sob discussão. Caso o fato não seja controverso, não há motivações nem necessidade de prova. Ainda, a prova deve ser útil e não pode ser protelatória. E, como já mencionado, se o juiz entender desnecessário, poderá indeferir o pedido de produção de determinado tipo de prova.

Para a decisão que indeferir a produção de provas é necessário fundamento, entretanto, dessa decisão não caberá recurso imediato. Nesse caso, a parte que teve seu pedido indeferido, deverá esperar a sentença sair, dependendo da sentença vai poder apelar e alegar o cerceamento de defesa. Se essa tese for aceita pelo Tribunal, o processo vai voltar ao primeiro grau para a produção da prova.

Art. 370. *Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.*

Parágrafo único. *O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.*

Não se prova direito, somente excepcionalmente. Somente provas das alegações de fato, entretanto, se o juiz exigir é preciso juntar a prova ao processo.

Art. 376. *A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.*

A prova nos autos é produzida para o juiz; é ele quem vai apreciar na sentença. Não há hierarquia entre as provas, não tem uma prova que vale mais que a outra.

O juiz vai julgar tendo em vista o conjunto probatório (Princípio da Persuasão racional ou do livre convencimento motivado). Além disso, é importante ter em mente que o juiz não é livre, ele precisa sempre fundamentar a sua decisão, de forma que qualquer pessoa que leia aquela sentença entenda o que foi decidido e porque o foi.

Apesar de não poder tomar partido, em respeito ao princípio da imparcialidade, o juiz também tem direito de participar das provas. Pode determinar de ofícios as provas que achar

necessárias. Mas existem limites dessa participação já que ele não pode fazer isso dando a ideia de estar beneficiando alguém, pois não possui o poder investigativo. Para que o juiz não seja partidário quanto às provas, ele não pode investigar para não favorecer uma ou outra parte.

Pode, entretanto, querer ouvir uma testemunha que não foi arrolada, mas que foi citada nos outros depoimentos, a chamada testemunha referida.

Art. 371. *O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.*

(...)

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

§ 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

Na fase instrutória, a prova pericial deve ser feita antes da audiência de instrução. O perito pode ser requerido para prestar esclarecimentos na audiência.

Quando houver provas testemunhais, ou o juiz vai dar prazo de até 15 dias para o arrolamento das testemunhas ou se o saneamento for dado em audiência, as testemunhas devem ser apresentadas já nessa audiência.

Já a inspeção judicial não tem momento especial para acontecer, pode ocorrer a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte.

Princípios

Ao analisar as provas apresentadas pelas partes, o juiz deve observar alguns princípios norteadores que garantem a adequada condução do processo e a efetivação do direito material. Dentre os principais princípios aplicáveis à atuação do juiz na prova, destacam-se:

– Princípio da Verdade Real

O juiz deve buscar a verdade dos fatos, utilizando todos os meios legais e moralmente legítimos para formar sua convicção.

– Princípio do Livre Convencimento Motivado

O juiz é livre para formar sua convicção com base nas provas produzidas no processo, desde que fundamente sua decisão, indicando os motivos que a fundamentam.

– Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

As partes possuem o direito de participar da produção das provas, contraditando-as e apresentando suas próprias provas em resposta.

– Princípio da Igualdade das Armas

Assegura que as partes tenham igualdade de oportunidades na produção e apresentação das provas, evitando qualquer forma de desequilíbrio processual.

Além de avaliar as provas produzidas pelas partes, o juiz pode determinar a produção de provas de ofício, sempre que julgar necessário para o esclarecimento dos fatos controvertidos.

Ônus da Prova

Geralmente, aquele que alega o fato é quem precisa prová-lo. Assim, o ônus da prova geralmente incide sobre o Autor. Ao réu incide o ônus da prova, quando por ele forem alegados fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor. O réu só tem o ônus da prova no que tange aos fatos novos trazidos por ele ao processo.

A prova negativa consiste em provar algo que não existe, o que é quase impossível, sendo mais fácil provar a existência de algo. Então, em uma ação declaratória de inexistência de dívida, por exemplo, quem deve comprovar que a dívida existe é o credor.

Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova

O juiz pode distribuir o ônus da prova de forma diversa da prevista em lei quando houver impossibilidade ou extrema dificuldade no cumprimento do encargo pela parte, exceto quando dita a redistribuição do ônus para impor excesso de ônus probatório. A distribuição do ônus da prova pode ser requerida, ou deferida de ofício pelo magistrado. Importante mencionar que não é um poder discricionário; trata-se de uma decisão que deve ser fundamentada. O juiz vai analisar o caso e determinar quem está em melhores condições de produzir prova.

Pode ser que para uma das partes o ônus da prova seja mais fácil e menos complexo. Este instrumento, entretanto, não se confunde com a inversão do ônus da prova previsto no Código do Consumidor.

A redistribuição do ônus da prova pode ocorrer a qualquer momento, não apenas por ocasião do saneamento, mesmo depois de encerrada a instrução. Todavia não pode desincumbir o ônus daquele que deve produzir a prova. O art. 373 ainda possibilita que as partes convençam a respeito do ônus probatório, exceto quando se tratar de direito indisponível ou causar excessiva dificuldade para uma das partes. Também chamado de negócio jurídico processual.

Objeto da Prova

O que se prova é o fato e não o direito. Exceção à regra do art. 376 (a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar).

Indícios

Trata-se de uma presunção relativa, em que, a partir de um fato conhecido, chega-se a uma provável e aceitável suposição de que outro fato é verdadeiro, fato este que não é conhecido, o fato obtido por indícios é considerado verdadeiro até que haja prova em sentido contrário. O juiz se utiliza de regras de experiência, a partir do que cotidianamente ocorrem, para formar sua convicção. Deve se basear em elementos trazidos pelas partes, não pode trazer de fora um fato que não foi inteiramente discutido, se não pode ocorrer o cerceamento de defesa. Deve haver contraditório de tudo aquilo que ver fundamentado na sentença. Mas as experiências jurídicas podem ser utilizadas para formar a convicção do juiz, sempre com limites

Fatos Relevantes

É todo fato que serve para influenciar na tomada de decisão que sustentam as alegações das partes. Podem ser, principal e secundário.

– **Principal:** são fatos constitutivos do direito das partes.

– **Secundário:** embora não constitua direito, serve para construir o convencimento do juiz; ajudam na formação do objeto da discussão.

Fatos Controvertidos

Se as partes concordam com a veracidade de um fato, ele é incontroverso, portanto, não requer a produção de Roma (art. 374). O juiz poderá suspeitar da ausência de impugnação específica, como no caso de coação ou simulação. Por mais que o fato seja incontroverso, por não ter tido uma impugnação específica, não significa que o juiz assim vai entender. O juiz é fiscal da regularidade processual, ele tem todo o direito de fazer essa investigação. Nem sempre, mas basicamente é aquele fato que as partes não discutem e, claramente, não precisa ser provado.

Fatos Notórios

O conhecimento de um determinado fato é do domínio comum, de todos, não pode ser ignorado. O fato notório também não precisa de prova. Para o fato de ser notório, o ponto de não precisar de prova ele precisa ser notório para todos os integrantes do processo, incluindo terceiros. O juiz deverá avaliar a extensão da notoriedade do fato para não generalizá-lo. As partes poderão usar para comprovar que desconheciam o fato notório ou que este não ocorreu.

Fatos Determinados

O fato objeto da prova deve ser preciso, específico, deve-se valer, exatamente, o que provar. Só provo o que aconteceu, não tem como provar o que não aconteceu.

Trata-se da afirmação de que um certo fato não ocorreu. Por exemplo, provar que uma pessoa não estava em um lugar, provando que ela estava em outro. Deve-se provar outros fatos para demonstrar aquele que se nega. Não dá pra fazer prova de fato negativo, essa seria a prova diabólica.

MEIOS DE PROVA

Em tese, não há hierarquia entre os meios de prova, exceto nos casos em que a lei expressamente veda um tipo de prova ou exige um deles em detrimento dos demais.

Prova emprestada (art 372)

É quando há a existência de provas de outros processos, provando a mesma coisa que a parte alega, que a parte pode pegar emprestada. Para que uma prova seja válida ela deve ter passado pelo crivo do contraditório. Quando as partes podem fazer perguntas para a testemunha ou indicar assistente técnico para a perícia ou perguntar coisas para o perito.

Para que possam ser emprestadas, as provas devem ter passado pelo crivo do contraditório. Em prova produzida entre A e B, C não se pode usar essa prova contra D. No entanto, se não tem mais como produzir essa prova, o juiz pode ponderar.

São provas produzidas em outros processos e imposto a prova para o meu processo. Admite-se que seja utilizado prova produzida em outro processo. A prova é trasladada de um processo para outro, sem alteração das suas estruturas; sem modificação de sua essência. A prova deve ter sido regularmente produzida nos autos de origem e dela deve ter sido observado

BIOQUÍMICA BÁSICA E BIOMOLÉCULAS

As macromoléculas naturais são biomoléculas fundamentais para todos os seres vivos, que são os glicídios, os lipídios e as proteínas. As *macromoléculas* também podem ser chamadas de *polímeros*. Elas dividem-se em macromoléculas naturais e sintéticas.

Alguns tipos de moléculas pequenas, chamadas de **monômeros**, podem ligar-se entre si, dando origem a macromoléculas, denominadas polímeros, por meio de uma reação denominada polimerização.

Carboidratos

São compostos de função mista poliálcool-aldeído ou poliálcool-cetona, assim como todos os compostos que, por hidrólise, produzem os referidos compostos de função mista. Os carboidratos são assim chamados porque frequentemente apresentam fórmula mínima CH_2O , que sugere um hidrato de carbono.

Os carboidratos também podem ser chamados de glicídios, glucídios, hidratos de carbono ou açúcares. São formados fundamentalmente por moléculas de carbono (C), hidrogênio (H) e oxigênio (O), por isso recém a denominação de hidratos de carbono. Há três classes gerais dos açúcares: monossacarídeos, dissacarídeos e polissacarídeos.

Classificação

Oses - Açúcares que não se hidrolisam. Ex.: glicose, frutose, galactose.

- **Aldoses**: apresentam o grupo aldeído. De acordo com o número de átomos de carbono, classificam-se em aldotriose (3C); aldotetrose (4C); aldohexose (6C), etc.

- **Cetoses**: apresentam o grupo cetônico, classificam-se também em cetotriose (3C); cetohexose (6C), etc.

Costuma-se representar as fórmulas das aldoses e cetoses na vertical. Nestas fórmulas, um **círculo** representa o grupo aldeído, o **sinal** representa o grupo cetona e um **traço**, o grupo hidroxila.

Osídeos - Açúcares que hidrolisam produzindo oses.

- **Holosídeos**: osídeos que, por hidrólise, fornecem somente oses. Subdividem-se em:

- **Dissacarídeos**: Açúcares que se hidrolisam, fornecendo duas moléculas de monossacarídeos.

- **Polissacarídeos**: Açúcares que se hidrolisam, formando mais de duas moléculas de monossacarídeos.

- **Heterosídeos**: Osídeos que, por hidrólise, fornecem outros compostos além das oses.

Monossacarídeos

Por convenção, o estudo das estruturas das oses é feito a partir da aldose mais simples, que é o aldeído glicérico (aldotriose).

O aldeído glicérico apresenta 1 átomo de C quiral e, como tal, pode ser representado por dois antípodos ópticos: o dextrogiro (ald. **d**glicérico) e o levogiro (ald. **l**glicérico).

As oses têm suas estruturas convencionadas a partir dos aldeídos glicéricos. A cadeia carbônica poderá ser aumentada a partir do grupo aldeídico. Assim, obteremos, a partir do aldeído **d** glicérico, uma aldotetrose em que a base (os últimos carbonos) da cadeia será idêntica à da aldotriose inicial.

As duas aldotetroses levarão a letra **d** em sua nomenclatura, pois são provenientes do aldeído **d** glicérico. Da mesma forma, as aldotetroses, provenientes do ald. **l** glicérico, levarão a letra **l** em sua nomenclatura oficial.

Seguindo o mesmo raciocínio, poderemos obter aldopentose a partir do aldotetrose, ou ainda, aldohexose a partir de aldopentose, e assim sucessivamente.

Portanto, uma ose levará a letra **d** ou **l** em seu nome, de acordo com a origem, isto é, se pertencer à série do aldeído **d** ou **l** glicérico, respectivamente. Reconhecemos pela estrutura a série a que pertence uma ose pela posição da penúltima oxidrila: se estiver à direita da cadeia, convencionamos pertencer à série **d** e levará tal letra em sua nomenclatura e, se estiver à esquerda da cadeia, a ose levará a letra **l** e pertencerá, portanto, à série **l**.

Os glicídios apresentam propriedades físicas comuns. As oses são compostos cristalinos, incolores, solúveis na água e pouco solúveis em solventes orgânicos e apresentam sabor adocicado. Os dissacarídeos apresentam propriedades semelhantes. Os polissacarídeos são amorfos insolúveis em água sem sabor.

Estudo Geral dos Oses e Osídeos

- **Glicose** - $\text{C}_6\text{H}_{12}\text{O}_6$ • glucose dextrogira, açúcar da uva. Ocorre no mel e frutos doces; é obtida pela hidrólise do amido em meio ácido. Sua aplicação é na fabricação de álcool etílico, alimentação de crianças, de atletas (após as competições).

-**Frutose** - $C_6H_{12}O_6$ • levulose (ocorre no mel, nos frutos doces, sempre na forma d -).

-**Sacarose** - $C_{12}H_{22}O_{11}$ • açúcar de cana, açúcar comum: ocorre em plantas, principalmente, a cana-de-açúcar e a beterraba. Sua aplicação é na alimentação e na fabricação de álcool etílico. Sua obtenção obedece à sequência:

- Obtenção da garapa;
- Precipitação das proteínas e ácidos livres, por tratamento com hidróxido de cálcio;
- Eliminação do excesso de $Ca(OH)_2$ borbulhando CO_2 (precipita $CaCO_3$);
- Filtração e cristalização por centrifugação, separando-se o melaço do açúcar.

-**Celulose** - $(C_6H_{10}O_5)_n$ • ocorre em todos os vegetais. O algodão é praticamente celulose (95%).

- A celulose praticamente não é digerível pelo organismo humano.
- Sua aplicação é na fabricação do papel e no tecido de algodão.
- Usado na preparação da pólvora (explosivo potente), na fabricação de celuloídes, filmes, sedas artificiais e na fabricação de vidros de segurança para carros (dois vidros colados com acetato de celulose).

-**Amido** - $(C_6H_{10}O_5)_n$ • ocorre nas reservas dos vegetais, sua aplicação é na alimentação e na fabricação de cola.

Os monossacarídeos recebem o sufixo -ose, precedida pelo número de carbonos que contém em sua fórmula, então:

Nº carbonos	Fórmula	Nome
3	$C_3H_6O_3$	Triose
4	$C_4H_8O_4$	Tetrose
5	$C_5H_{10}O_5$	Pentose
6	$C_6H_{12}O_6$	Hexose
7	$C_7H_{14}O_7$	Heptose

Os monossacarídeos que apresentam extrema importância biológica são:

Pentose	Função
Ribose	Participa da produção do ácido ribonucleico (RNA) atuando como matéria-prima.
Desoxirribose	Participa da produção do ácido desoxirribonucleico (DNA) atuando como matéria-prima.

Hexose	Função
Glicose	É a principal fonte de energia para os seres vivos, mais usada na obtenção de energia. É fabricada pelos vegetais na fotossíntese e utilizada por todos os outros seres vivos na alimentação.
Frutose	Possui função energética
Galactose	Possui função energética. Participa da composição de dissacarídeos da lactose, junto com a glicose.

Dissacarídeos

Os dissacarídeos são o resultado da ligação entre dois monossacarídeos. Na reação de formação de um dissacarídeo há formação de uma molécula de água, portanto se trata de uma síntese por desidratação para cada ligação. Um dos monossacarídeos perde um hidrogênio (H) e o outro perde a hidroxila (OH). Essas duas moléculas se unem, formando uma molécula de água (H_2O). A ligação que ocorre entre as extremidades dos monossacarídeos é chamada de ligação glicosídica.

Esse mesmo tipo de ligação ocorre na formação das moléculas de DNA e RNA, através da ligação entre uma pentose e uma base nitrogenada.

Os principais dissacarídeos de importância biológica são:

Dissacarídeo	Monossacarídeos constituintes	Função
Sacarose	Glicose +frutose	Apresenta função energética. Está presente nos vegetais, principalmente na cana-de-açúcar.
Lactose	Glicose + galactose	Apresenta função energética e é o açúcar presente no leite.
Maltose	Glicose + glicose	Apresenta função energética e é encontrado em vegetais.

Polissacarídeos

Os polissacarídeos são moléculas (polímeros) formadas através da união de vários monossacarídeos. São constituídos por cadeias longas, geralmente insolúveis. Constituem uma forma de armazenamento e quando hidrolisados produzem monossacarídeos. Os principais polissacarídeos são:

Principais Polissacarídeos estruturais:

Polissacarídeo	Função
Celulose	Participa da composição da parede celular dos vegetais. É o carboidrato mais abundante na natureza.
Quitina	Está presente na parede celular de fungos e no exoesqueleto dos artrópodes. Possuem grupos amina(NH ₂) em sua cadeia.

Principais Polissacarídeos energéticos:

Polissacarídeo	Função
Amido	Apresenta função de reserva. É encontrado em raízes, caules e folhas.
Glicogênio	É o carboidrato de reserva dos animais e dos fungos. É armazenado nos músculos e no fígado dos animais.

Função dos Carboidratos

1) Principal fonte de energia do corpo. Deve ser suprido regularmente e em intervalos frequentes, para satisfazer as necessidades energéticas do organismo. Num homem adulto, 300g de carboidrato são armazenados no fígado e músculos na forma de glicogênio e 10g estão em forma de açúcar circulante.

Está quantidade total de glicose é suficiente apenas para meio dia de atividade moderada, por isso os carboidratos devem ser ingeridos a intervalos regulares e de maneira moderada. Cada 1 grama de carboidratos fornece 4 Kcal, independente da fonte (monossacarídeos, dissacarídeos, ou polissacarídeos).

2) Regulam o metabolismo proteico, poupando proteínas. Uma quantidade suficiente de carboidratos impede que as proteínas sejam utilizadas para a produção de energia, mantendo-se em sua função de construção de tecidos.

3) A quantidade de carboidratos da dieta determina como as gorduras serão utilizadas para suprir uma fonte de energia imediata. Se não houver glicose disponível para a utilização das células (jejum ou dietas restritivas), os lipídios serão oxidados, formando uma quantidade excessiva de cetonas que poderão causar uma acidose metabólica, podendo levar ao coma e a morte.

4) Necessários para o funcionamento normal do sistema nervoso central. O cérebro não armazena glicose e dessa maneira necessita de um suprimento de glicose sanguínea. A ausência pode causar danos irreversíveis para o cérebro.

5) A celulose e outros carboidratos indigeríveis auxiliam na eliminação do bolo fecal. Estimulam os movimentos peristálticos do trato gastrointestinal e absorvem água para dar massa ao conteúdo intestinal.

6) Apresentam função estrutural nas membranas plasmáticas das células.

Lipídios

São ésteres elaborados pelos organismos vivos que, por hidrólise, fornecem ácidos graxos ao lado de outros compostos. As características dos lípidos são: brancos ou levemente amarelados, untuosos ao tato, pouco consistentes, sendo alguns líquidos, e deixam sobre o papel uma mancha translúcida que não desaparece com aquecimento, são insolúveis na água.

Classificação

Céridos - são ésteres formados a partir de um ácido graxo e um álcool superior. São conhecidos como ceras e podem ser de origem animal ou vegetal. São usados na fabricação de ceras de assoalhos, graxa de sapato, cosméticos, velas, etc.

Glicéridos - São ésteres de glicerol com ácidos graxos. Os óleos e gorduras animais e vegetais são misturas de glicéridos.

O glicérido formado pode ser um óleo ou uma gordura, será um óleo se for derivado predominantemente de ácidos graxos insaturados. Será uma gordura se for derivado predominantemente de ácidos graxos saturados. Já que a única diferença química entre um óleo e uma gordura está na presença ou ausência de insaturações, podemos compreender facilmente como a indústria transforma óleos em gordura pela simples adição de H₂.

A hidrogenação modifica não só as propriedades físicas como também as propriedades químicas. As gorduras hidrogenadas tornam-se rançosas com menos facilidade do que as não hidrogenadas. A rancidez deve-se à presença de ácidos e aldeídos voláteis, de mau odor, obtidos através da reação do oxigênio do ar com carbonos próximos das duplas ligações, na cadeia carbônica. A hidrogenação reduz o número de insaturações na cadeia carbônica, o que retarda o desenvolvimento do ranço. Fisicamente, os óleos se apresentam no estado líquido à temperatura e pressão ambientes (25°C e 1 atm) enquanto as gorduras se apresentam no estado sólido. Gorduras e óleos podem derivar tanto de animais como de vegetais.



Os esteroides são lipídios de cadeia complexa. Como exemplo pode-se citar o colesterol e alguns hormônios: estrógenos, testosterona.

Funções dos Lipídios

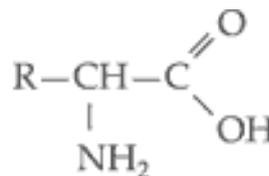
- a) São constituintes da membrana plasmática e de todas as membranas internas da célula (fosfolipídios).
- b) Fornecem energia quando oxidados pelas células. São normalmente usados como reserva energética.
- c) Fazem parte da estrutura de algumas vitaminas (A, D, E e K).
- d) Originam alguns hormônios (andrógenos, progesterona, etc.).
- e) Ajudam na proteção, pois as ceras são encontradas na pele, nos pelos, nas penas, nas folhas, impedindo a desidratação dessas estruturas, através de um efeito impermeabilizante.

Proteínas

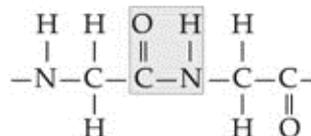
As proteínas são polímeros formados a partir da condensação de α-aminoácidos e estão presentes em todas as células vivas. Algumas proteínas fazem parte da estrutura dos organismos, como fibras musculares, cabelo e pele, outras funcionam como catalisadores nas reações que ocorrem nos organismos e, nesse caso, são denominadas enzimas.

Há, ainda, as proteínas que atuam como reguladores do metabolismo — os hormônios — e as que fazem parte dos sistemas imunológico.

São polímeros de até 20 aminoácidos naturais que se diferenciam pelas cadeias laterais. Uma única molécula de proteína pode conter milhares de unidades de aminoácidos. Os aminoácidos são ácidos 2 – amino carboxílicos.



Esta característica comum confere aos aminoácidos a capacidade de formar longas cadeias de poliamida que constituem as proteínas. Uma molécula formada a partir de dois ou mais aminoácidos é chamada de peptídeo e a ligação entre eles é denominada de ligação peptídica. Cada aminoácido presente em um peptídeo é chamado de resíduo. Conforme o número de resíduos, as peptidas recebem o nome de dipeptidas, tripeptidas, etc. Para as proteínas (cadeia polipeptídica), encontramos mais de cem resíduos unidos por ligações peptídicas. As ligações peptídicas podem ser representadas da seguinte forma:



Os α-aminoácidos podem ser representados genericamente por:

